

2016/07/13

## Os donos da bicicleta têm falta de mar<sup>1</sup>

*Fernando de Melo Gomes*

É hoje uma realidade indesmentível que se vive na Europa uma séria preocupação securitária, decorrente de situações para as quais urge encontrar respostas adequadas. São disso flagrantes exemplos o terrorismo e o fluxo massivo de migrantes, em grande parte com origem nos invernos árabes provocados por desastrosas intervenções políticas e militares do denominado Ocidente Democrático. Mas com isto, gravosos problemas de segurança interna e externa, politicamente incorretos, vieram à superfície, logo evidenciando a ressurgência dos interesses individuais, em vez da apregoada solidariedade e igualdade entre Estados, matrizes fundacionais da União Europeia.



No recato dos gabinetes de Bruxelas e naqueles em que na realidade e se decide a nossa vida e o nosso futuro, usa-se agora o argumento securitário, cobrindo-o com o manto diáfano da hipocrisia, para fundamentar a criação de uma "Agência Europeia de Guarda Costeira e de Fronteiras" com poderes de intervenção nas fronteiras (território) dos Estados membros independentemente da vontade desses Estados. O processo começará por uma avaliação primariamente realizada pelo diretor-executivo dessa Agência, um burocrata europeu, que, pelos vistos, aconselhado por um "*management board*", se poderá sobrepor a seu elevado critério, à vontade dos até agora competentes órgãos de soberania e autoridades nacionais...

Como de costume, o "*acquis communautaire*" introduzirá seguranças, como seja a imprescindibilidade da vontade maioritária do Conselho com base em proposta da Comissão, fóruns estes onde a nossa capacidade de intervenção não será propriamente relevante...

Mas como se isto já não bastasse, note-se bem que a inclusão do termo "Guarda Costeira" demonstra que a "Agência" poderá, no futuro, cumprir as tarefas inerentes a esta função que são, nomeadamente, o exercício de vigilância marítima, da segurança, do controlo da pesca, e aduaneiro, da imposição da lei e proteção ambiental! Tudo funções inerentes à soberania e jurisdição dos Estados ribeirinhos sobre as suas águas!

Invocando-se o argumento humanitário constitui-se um "Cavalo de Bruxelas" relativamente aos poderes dos Estados ribeirinhos. É este déficit democrático que tem vindo a destruir e a desagregar a Europa, como bem evidenciou o Brexit, cujas graves consequências no plano geopolítico, financeiro e económico estão bem longe de serem avaliadas.

---

<sup>1</sup> Texto originalmente publicado no Jornal "Expresso" de 9 de julho.

Tendo Portugal uma das maiores Zonas Económicas Exclusivas da União Europeia, a que acresce a possibilidade de aumento da Plataforma Continental até às 350 milhas, é fácil ver quem se contará entre os principais prejudicados... Os interesses dos “Estados sem mar”, designados por “Estados encravados” é obviamente expandirem-se para o mar dos outros, sempre foi assim na história e assim continuará a ser! Para o atestar, bastará atentar na presença massiva de navios de investigação científica desses Estados no mar que julgamos, até ver, ser o nosso.

Adivinho as dificuldades que enfrentamos na negociação permanente com os nossos “amigos” da União. Bem sei. Mas hipotecar o pouco que nos resta como janela de liberdade – o nosso Mar – depois de passarmos a pataco as nossas maiores empresas e a banca, é hipotecar o futuro e, pelo menos, para mim, inaceitável. Espero que também o seja para quem tem o dever e a obrigação de garantir que **“Portugal é uma República Soberana”** mesmo que de soberania partilhada. O Presidente, a Assembleia e o Governo de Portugal estarão certamente atentos!